

Um programa no Rio

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO *

A estrutura que estamos criando, com núcleo no Rio de Janeiro, materializa nossa determinação de iniciar imediatamente um programa em larga escala de aumento da produtividade básica da economia através da modernização e ampliação da infraestrutura econômica.

Não estamos fazendo um programa para o Rio de Janeiro, mas um programa no Rio de Janeiro, para todo o país, com reflexos positivos que se farão sentir, certamente, neste estado, mas que se irradiarão por uma região muito mais ampla. Trata-se de um programa entre entidades governamentais e a iniciativa privada, em favor do desenvolvimento da economia nacional, assinalando um novo padrão de relacionamento entre o setor público e o setor privado que tenciono venha a estabelecer-se como um novo parâmetro de referência para outros programas de modernização da infraestrutura.

Os projetos prioritários visam a oferecer aos setores empresariais múltiplas oportunidades rentáveis de produção e de circulação de bens. Dessa forma, estamos articulando a política industrial e de investimentos com a política de combate à inflação e de estabilidade monetária.

Não são projetos estatais no sentido convencional. Ao contrário, o governo se limitará às grandes definições estratégicas e ao apoio, através de suas empresas vinculadas aos empreendimentos, no levantamento do *fund-ing*, cabendo ao setor privado uma participação efetiva no financiamento e no gerenciamento. A participação governamental terá primeiramente o caráter de coordenação, ficando a execução e a gestão sob o comando da iniciativa privada. Nesse sentido, é também um programa de privatização. Mas de privatização de empreendimentos a serem feitos, por exigência da modernização da economia, e não de projetos prontos.

Não encaramos o programa de privatização como uma questão ideológica. O tema está superado também como uma questão política, uma vez que, por grande maioria, o Congresso aprovou o programa que está em curso. Por isso estamos determinados a dar continuidade a ele, e eventualmente ampliá-lo, no que for considerado pragmaticamente importante para o desenvolvimento da economia como um todo. Pelo mesmo motivo conservaremos um núcleo de estatais que, pelo porte e poder de alavancagem de recursos, for considerado um instrumento eficiente para a nossa política global de desenvolvimento.

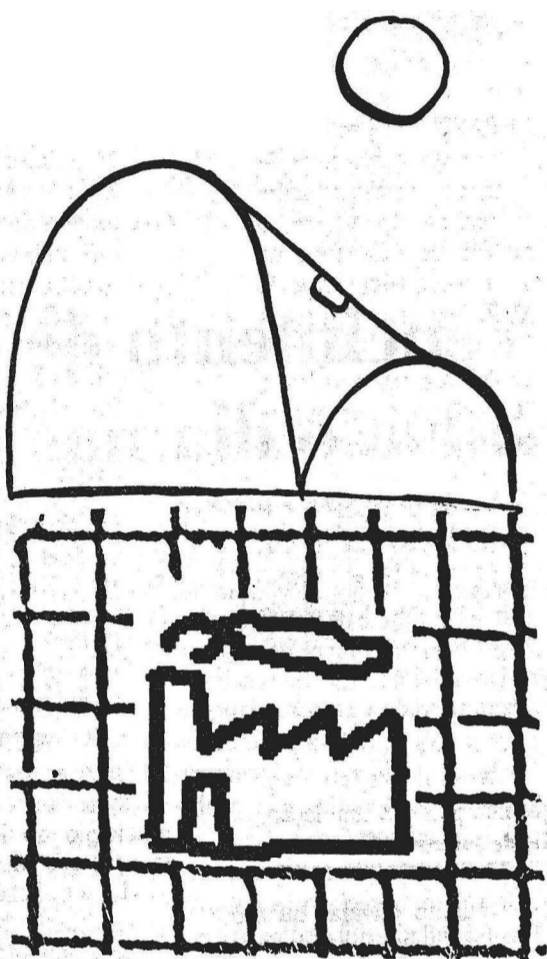
Algumas empresas estatais serão, por isso, convocadas para dar apoio aos empreendimentos de infraestrutura que estamos determinados a implementar; é neste sentido, aliás, que algumas delas legítimamente reivindicam uma função estratégica na economia. Elas são estratégicas menos pelo produto que industrializam ou o serviço que prestam, e mais pela capacidade de mobilização de parcerias e recursos para investimentos em setores básicos, essenciais para a modernização econômica, onde o setor privado não tem interesse ou condição para atuar isoladamente.

Entretanto, se o setor público está decidido a atuar como alavanca desses empreendimentos, é necessário o efetivo engajamento da iniciativa privada para o sucesso do programa, num esquema eficaz de parceria, a favor para ambas as partes. Faça convocação enfática ao empresariado, nacional e estrangeiro, para participar e trazer sua experiência, seus recursos e sua capacidade de gerenciamento a fim de realizarmos este programa com êxito.

Não faltará o apoio institucional do governo para o sucesso de cada

um desses empreendimentos. Em casos especiais, como o da segurança, nosso apoio terá necessariamente de ultrapassar o papel de coordenador, exigindo compromissos mais abrangentes, incluindo o aporte de recursos federais. Nos empreendimentos de caráter econômico, contudo, estou convencido de que os empresários, brasileiros e estrangeiros, perceberão as oportunidades abertas e procurarão aproveitá-las, combinando a legítima busca da rentabilidade e do lucro com a realização de investimentos de relevante interesse para a economia do país.

É para facilitar esse processo de cooperação entre o setor público e o privado que eu, ainda na condição de senador, propus um projeto dando uma nova moldura jurídica para as concessões de serviços públicos, hoje já transformado em lei. Como presidente, estou empenhado na reforma, entre outros, do capítulo da Ordem Econômica da Constituição, de forma a abrir ou expandir o espaço de participação privada, inclusive internacional, em atividades produtivas de bens ou de serviços, algumas ainda exclusivamente em mãos do Estado.



Já no início de minha administração determinei a elaboração de projetos de expansão da produção e da infraestrutura, abrangendo todo o território nacional, inclusive em consonância com empreendimentos associados com países vizinhos. Foram selecionados doze eixos de desenvolvimento em nosso país, cuja coordenação integrará ações de órgãos federais, inclusive da administração indireta, articulada com a participação orgânica dos estados e municípios envolvidos em sua área de influência.

Esse amplo programa de desenvolvimento começará pelo estado do Rio de Janeiro, através da experiência-piloto da estrutura especial que estamos lançando. No Rio, o programa inicia-se pelo Porto de Sepetiba, o Teleporto, o uso do gás natural de Campos e a questão da segurança pública. Cada um desses projetos se desdobra em empreendimentos articulados e interligados que sugerem a necessidade de uma instância própria de coordenação, que coloquei em mãos de um experiente homem público, Raphael de Almeida Magalhães, como meu representante pessoal.

Desta forma, o Porto de Sepetiba, os ramais ferroviários que o acessam, os ramais rodoviários, o sistema de telemática que percorre a região sob sua influência, os serviços de energia existentes ao longo de sua área de influência, além de todos os serviços adicionais necessários ao funcionamento eficiente do sistema logístico — armazenagem, serviços portuários, alfândega etc. — tudo tem que ser considerado como parte integrante do projeto, e como elos de uma mesma cadeia. E a sua área de influência atinge desde o Mercosul até os estados do Paraná, Goiás, Mato Grosso do Sul, São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro. De nada adianta termos um porto eficiente se os serviços que lhe são conexos neste largo espaço territorial não forem, também eles, simultaneamente melhorados. O mesmo se aplica aos demais projetos.

* Resumo do discurso pronunciado na instalação do Conselho Coordenador das Ações Federais no Rio